

A COMPARAÇÃO EM ESTRUTURAS COM PREDICADOS VERBAIS

Luisandro Mendes de Souza¹

mendesouza21@yahoo.com.br

RESUMO: Neste artigo, revisamos as principais teorias contemporâneas sobre a comparação. Em particular, alguns problemas encontrados para dar conta da semântica das sentenças comparativas em Português Brasileiro. Restringimos o escopo do trabalho, mostrando que certas estruturas com a presença de predicados verbais são indeterminadas quanto ao seu significado. Além disso, tentamos apresentar algumas diferenças entre as comparativas com predicados verbais e com predicados adjetivais. Particularmente, olhamos para a monotonicidade e a conservatividade do operador comparativo, visto como um quantificador generalizado. A distinção mostra-se obscura, e a principal diferença levantada entre os dois tipos de comparação é a indeterminação, que não pode ser acomodada sem custo dentro das abordagens criadas para tratar as comparativas canônicas.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica da comparação; Indeterminação; Monotonicidade; Conservatividade.

INTRODUÇÃO

O estudo da semântica da comparação, particularmente do ponto de vista formal, envolve a consideração de vários problemas, porque nas sentenças comparativas podem ocorrer vários tipos de sintagmas, sejam eles, quantificadores generalizados, itens de polaridade negativa, modificadores de grau, sintagmas de medida, além da interação com operadores intensionais e modais, cuja consideração torna o trabalho com a comparação uma tarefa complexa. Nosso objetivo neste texto será apresentar alguns problemas que a semântica de algumas sentenças comparativas apresenta. Tais sentenças serão delimitadas dentro do universo das formas comparativas da língua.

O objetivo será analisar o comportamento do que chamarei de comparativas verbais, que se classificam em comparativas de quantificação nominal, e de advérbios

¹ Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

de quantidade (Marques, 2003). Marques propõe uma divisão entre a quantificação escalar, usada para se referir a comparativas com adjetivos atributivos e predicativos; a quantificação nominal, para referir estruturas comparativas onde se comparam quantidades de coisas; e a quantificação adverbial, sobre verbos.

Além disso, apresentamos algumas evidências de que a comparação no domínio verbal não possui as mesmas propriedades semânticas que a comparação em outros domínios, como o adjetival; indo contra o que é geralmente assumido, se não explicitamente, como em Stechow (1984), implicitamente através da própria análise dos dados, como é o caso de Marques. Para demonstrar essa hipótese de que há propriedades diferentes na comparação adjetival e verbal, trataremos de duas propriedades principais, a propriedade da monotonicidade e a da conservatividade.

Apresentamos um conjunto de dados relevantes na seção (1); em (2) investigamos mais detalhadamente a comparação no domínio verbal, mostrando que certas estruturas expressam condições de verdade distintas; a seção (3) é dedicada a apresentar como as abordagens de Stechow (1984) e Marques (2003) poderiam ser ampliadas para tratar das sentenças em questão, com as críticas pertinentes; (4) enumera algumas diferenças que comparativas com predicados verbais, incluindo a quantificação nominal, possuem em relação às comparativas de quantificação escalar, i.e. com adjetivos, olhando para o comportamento monotônico (4.1) e para a conservatividade (4.2), se considerada uma análise do operador comparativo como um quantificador generalizado, como evidências para tal distinção.

1. COMPARATIVAS VERBAIS

Como forma lógica para representar a semântica da comparação, a literatura em semântica formal das línguas naturais apresenta propostas diversas¹. A maioria delas concentra-se nas comparativas adjetivais e, depois de construído o modelo, aponta possíveis expansões para estruturas mais complexas, como a verbal e a nominal. Uma exceção é o trabalho de Stechow que explica os mecanismos para projetar a comparação dos adjetivos para outras comparativas, em particular a nominal.

Nestes modelos são consideradas como estruturas canônicas sentenças do tipo:

- (1) a. João é mais alto do que Pedro.

- b. Maria é tão bonita quanto Marta.
- c. João é mais alto do que gordo.

De estrutura aparentemente simples, a semântica de tais sentenças não é óbvia, em especial quando interagem com outros sintagmas e operadores, que podem ensejar interações de escopo, por exemplo. Vejam-se as sentenças abaixo:

- (2) a. João é dez centímetros mais alto do que Pedro.
- b. João é mais alto do que todos os seus irmãos.
- c. Maria pensa que João é mais alto do que ele é.
- d. É possível que João seja mais inteligente do que Pedro.
- e. João está mais gordo do que nunca.

Estes seriam, seguindo Stechow (1984)², os principais fenômenos que uma teoria semântica da comparação precisa explicar: a presença de sintagmas de medida (2a), que geram as chamadas “leituras diferenciais”; a presença de quantificadores no sintagma comparativo (2b); o comportamento da comparação em contextos intensionais (2c); a sua interação com operadores modais (2d); e a legitimação de itens de polaridade negativa (NPIs- Negative Polarity Items) como *nunca* na sentença em (2e).

Grande parte da literatura tem em conta sentenças do tipo (1-2). Aqui olharemos para sentenças do tipo (3), que não são objeto de estudos desses modelos (pelo menos não com o detalhe desejado). Nosso trabalho será analisar até onde os modelos apresentados captam as condições de verdade destas sentenças, já que, segundo esses autores, elas seriam passíveis de tratamento similar (veja Cresswell (1976), Stechow (1984) e Marques (2003)). Neste caso, a pergunta é: essas teorias conseguem captar a semântica nas comparativas verbais? Trata-se de investigar se há diferenças de comportamento que podem ser detectadas entre comparativas no domínio adjetival e no verbal. As propriedades semânticas são as mesmas? O papel do operador comparativo de superioridade é idêntico nas duas estruturas? Que tipo de evidência pode ser levantada para sustentar uma resposta negativa?

Em uma primeira aproximação, acreditamos que as sentenças em (3) podem, no mínimo, apresentar as leituras indicadas em (4), em que elas são parafraseadas numa linguagem que utiliza o conceito de eventos³ na grade temática dos verbos:

- (3) a. O João mais viaja do que leciona.
b. João trabalhou mais este ano do que seu irmão a vida toda.
- (4) a. A quantidade de eventos de viajar na qual João é agente é maior do que a quantidade de eventos de lecionar na qual João é agente.
b. A quantidade de eventos de trabalhar na qual João é agente é maior do que a quantidade de eventos de trabalhar na qual seu irmão é agente, nos intervalos de tempo considerados.

Em alguns dos exemplos em (3), temos casos em que há um tipo de “indeterminação”, gerada por uma certa imprecisão sobre o que está sendo comparado: pode-se estar comparando a quantidade de eventos denotados pelo verbo, ou a quantidade de coisas dada por algum complemento apagado ou algum outro aspecto. Este já é um indício de diferença entre a comparação adjetival e a verbal, porque este fato não ocorre nas comparativas adjetivais, que possuem leituras consistentes: trata-se sempre de comparar o grau da propriedade expressa pelo adjetivo. No caso verbal, trata-se efetivamente de mais de uma leitura, dado que podemos ter condições de verdade diversas. Em (5-7) temos uma leitura que corresponde a (b) e outra a (c):

- (5) a. João comeu mais do que Pedro.
b. João comeu mais (vezes) do que Pedro (comeu x-vezes).
c. João comeu mais (comida) do que Pedro (comeu x-comida).
- (6) a. João escalou mais árvores do que Pedro.
b. João escalou mais (vezes) árvores do que Pedro (escalou x-vezes).
c. João escalou mais árvores do que Pedro escalou (x-árvores).
- (7) a. O João chamou mais o Pedro do que o Paulo.
b. João chamou mais vezes o Pedro do que (João chamou) o Paulo.
c. João chamou mais vezes o Pedro do que o Paulo (chamou o Pedro).

Na interpretação (5b), a sentença é verdadeira desde que o número de eventos de comer no qual João é agente seja maior do que o número de eventos de comer no qual Pedro é agente, não importando a quantidade de comida que porventura eles tenham comido. Podemos facilmente imaginar um cenário onde Pedro fez duas refeições durante o dia, almoço e janta, enquanto João tomou café da manhã, almoçou, fez um lanche à tarde e ainda jantou. Mesmo que a quantidade de comida ingerida por Pedro

tenha sido maior nas duas refeições não deixa de se verdade que o número de vezes que João comeu foi maior do que Pedro comeu. Em (5c), temos apenas a leitura de quantidade de comida. Podemos ter o contexto de uma festa e alguém pergunta: ‘Quem comeu mais bolo do que o Pedro?’ E como resposta: ‘O João comeu mais do que o Pedro.’ Mesmo que o Pedro tenha se servido várias vezes, não torna falso que a quantidade de bolo que João comeu tenha sido maior.

Ocorre o mesmo com o exemplo (6). Considerando a interpretação de quantidade de eventos, expressa em (6b), imaginamos um contexto onde João e Pedro são escaladores de palmeiras, e o trabalho é subir nas árvores para retirar os cocos. Dado um período aleatório de tempo *t*, não importando a quantidade de árvores na qual João tenha subido, já que ele pode ter escalado três ou quatro vezes a mesma árvore, o número de vezes que ele escalou árvores foi maior do que o Pedro. Digamos que João tenha subido quatro vezes na mesma árvore e Pedro três vezes, uma em cada árvore diferente. A sentença na interpretação (6b) é verdadeira nesta situação. Já com (6c) acontece o oposto: ela é falsa na situação descrita, já que o número de árvores que João escalou é menor do que o número de árvores que o Pedro escalou. Pedro decidiu subir em uma árvore diferente a cada vez, no final do dia ele subiu em mais árvores do que o João, que adotou a estratégia de subir várias vezes na mesma árvore. Assim, Pedro subiu em três árvores e João subiu quatro vezes na mesma árvore.

Note, por contraste, que a “ambigüidade” presente nos exemplos (5) e (6) não se confunde com aquela presente em (7) que se deve à interpretação do material elidido entre parênteses. Trata-se, portanto, de um fenômeno sintático, já que a resolução do material elidido interfere na interpretação.

Em síntese, pretendemos entender melhor qual é a estrutura comparativa quando a comparação parece ter como núcleo o verbo, o que Marques chamou de “comparativas quantificacionais de advérbios de quantidade”. Em outros termos, nossa análise irá refletir sobre estruturas da forma [*x VP (Obj) mais do que ...*], que são ainda pouco consideradas pela literatura, porque considera-se que elas não são essencialmente diferentes das comparativas adjetivais.

2. COMPORTAMENTO VERBAL

Vamos olhar mais detidamente para o predicado verbal na interpretação de sentenças comparativas. Nossa análise e terminologia serão neutras, não assumindo nenhuma teoria sintática em particular.

(8) João correu mais do que o Pedro.

(9) João estuda mais do que a Maria.

Tanto (8) quanto (9) são “ambíguas” (ou indeterminadas, como talvez fosse melhor dizer). (8) pode ser interpretada como (10a), (10b) e (10c):

(10) a. O grau/intensidade/velocidade de correr de João é maior do que o grau de correr de Pedro.

b. A quantidade de eventos de correr em que João é agente é maior do que a quantidade de eventos de correr em que Pedro é agente.

c. O tempo de corrida de João é maior do que o tempo de corrida do Pedro.

d. A distância que João correu é maior do que a distância que Pedro correu.

A viabilidade dessas leituras pode ser verificada atentando para as possibilidades de resposta satisfatória para as questões: no contexto de (11a), a interpretação de (8) é (10a); no contexto de (11b) é (10b); e (11c) é (10c):

(11) a. Quem foi mais rápido do que o Pedro?

b. Quem treinou mais do que o Pedro esta semana?

c. Quem correu mais tempo do que o Pedro?

d. Quem correu mais longe do que o Pedro?

Como dissemos, provavelmente estamos diante de um caso de indeterminação, um conceito que vamos utilizar de maneira intuitiva para indicar o fato de que em sentenças “nuas” como (8) e (9) o operador comparativo pode estar atuando sobre diferentes variáveis (grau, quantidade, evento) e a determinação de qual delas está sendo considerada depende do contexto de fala. O que importa notar é que essa indeterminação não ocorre nas comparativas adjetivas (embora elas sejam vagas). A pergunta que se coloca é: afinal o que quer dizer *João correu mais do que o Pedro*? João correu mais corridas do que Pedro? João foi mais veloz do que o Pedro? A

intensidade da corrida de João foi maior do que a intensidade da corrida de Pedro? João correu por mais tempo? Dizer simplesmente, como sugere Marques (e outros), que o grau da corrida de João é maior do que o grau da corrida de Pedro é, portanto, muito pouco satisfatório.

O mesmo fenômeno ocorre no exemplo em (9) que pode ter uma leitura de intensidade, explicitada em (12), mas pode também ter outras interpretações como veremos adiante:

- (12) A intensidade do estudo de João é maior do que a intensidade do estudo de Maria.

E mesmo com outros exemplos permanece a leitura de intensidade:

- (13) a. João estudou mais lógica do que teoria de conjuntos.
b. João estudou mais do que viu televisão.

Suponha que João esteja ao mesmo tempo vendo televisão e estudando; logo não se está comparando nem a duração de cada um dos eventos, nem a quantidade de eventos de um e de outro. Nesta situação, compara-se a intensidade com que João realiza cada um desses eventos, um conceito certamente de difícil descrição.

Por outro lado, ao invés de se estar falando sobre a intensidade do evento de estudar, podemos pensar que a comparação se dá entre quantidades de eventos de estudar e ou ainda entre as disciplinas que são estudadas. Neste caso, o João estudou mais do que o Pedro porque ele fez mais disciplinas. A sentença (13a), por exemplo, pode ser interpretada como (13'a) abaixo:

- (13') a. O grau em que João estuda lógica é maior do que o grau em que João estuda teoria de conjuntos.
b. O número de eventos de estudar lógica em que João é agente é maior do que o número de eventos de estudar teoria de conjuntos em que João é agente.

Assim, parece-nos, mais uma vez, inadequado pensar apenas em “graus de estudar”; é preciso explicitar o domínio de aplicação do operador. Em termos de

descrição semântica, é mais apropriado distinguir diferentes interpretações que as comparativas verbais podem suscitar.

Vejamos o que ocorre quando o complemento argumental é dado explicitamente:

(14) Schumacher venceu mais corridas do que Rubinho, na última temporada.

(15) A Maria leu mais romances que poesias.

Estas duas sentenças podem ser interpretadas como comparando quantidades de “coisas”, mas de um modo ligeiramente distinto: em (14) comparam-se eventos de ‘vencer corrida’ que, no final das contas, é o mesmo que comparar vitórias de Schumacher e vitórias de Rubinho; neste caso, não parece haver diferença entre contar eventos e contar “objetos”. Assim, em (14) compara-se a quantidade de eventos de vencer corridas por Schumacher, ou as vitórias de Schumacher, com a quantidade de eventos de vencer corrida por Rubinho, ou vitórias de Rubinho, e afirma-se que aquela é maior que esta. No exemplo (15), pode-se ter uma interpretação em que se comparam eventos de leitura, mas pode-se ainda comparar a quantidade de romances lidos com a quantidade de poesias lidas. Teríamos, ainda que como potencialidade, duas possibilidades de interpretação, como nos exemplos acima de ‘comer’ e de ‘escalar árvore’: na primeira, os eventos de leitura de romance são em maior número do que os eventos de leitura de poesia, sem, no entanto, ser o caso que o número de romances lidos seja maior do que o de poesias. A segunda interpretação é que o número de romances lidos é maior do que o de poesia, embora possa ser o caso que os eventos de ler poesia sejam em maior número. Mas tanto em (14) quanto em (15), parece estranho falar em “intensidade”, já que há, mesmo que não explicitamente, apenas referência a quantidades.

Em resumo, podemos ter casos em que há três ou mais interpretações: intensidade, quantidade de objetos e quantidade de eventos, como no caso de *estudar*. Há casos em que a interpretação de intensidade não está disponível, (14) e (15), e casos em que só se está comparando eventos, como (14). Um primeiro problema é como explicar de onde vêm essas interpretações e quais são as restrições que, por exemplo, impedem a leitura de intensidade para (14) e (15). No caso da comparação de objetos, pode-se pensar que os argumentos do operador comparativo são introduzidos pelo objeto e não pelo verbo. Pode-se supor que quando a comparação é quantidade de

eventos, temos também um caso de quantificação nominal, desta vez da variável de evento invisível. A definição de uma ou outra dessas interpretações parece ser contextual. Resta, no entanto, entender como explicar a intensidade.

Posto este conjunto de dados e os problemas considerados, olharemos para a interpretação que as teorias de Stechow (1984) e Marques (2003) nos oferecem. Procurando mostrar como tais abordagens analisariam as sentenças discutidas.

3. A INTERPRETAÇÃO NO MODELO DA MAXIMALIDADE E SUA REVISÃO

A partir do exposto nas duas seções precedentes, veremos agora como as teorias de Stechow (1984) e de Marques (2003), analisam as sentenças para as quais buscamos uma explicação. Como falamos, nenhuma das abordagens se dedica a discutir exemplos de tal natureza, apenas citam alguns exemplos similares. Portanto, estaremos nesta seção ampliando a análise desses autores.

Stechow analisa a sentença (16a) como (16c). Defende que seu tratamento dos adjetivos pode ser estendido a outras categorias relevantes como nomes massivos, os plurais e os advérbios. Na sua proposta dois aspectos são considerados: o elemento *do que* identifica ‘o grau máximo’; o complemento sentencial comparativo é elevado, tem escopo sobre toda a sentença (16b). A sentença (16a) possui forma lógica (16b) e as condições de verdade especificadas em (16c):

- (16) a. At least 6 more toads than frogs croak.
b. [do que rãs coaxam [pelo menos 6 [mais [sapos coaxam]]]]
c. o máximo n tal que $\exists X[X$ é um n-membro do conjunto das rãs que coaxam] λd_2 [pelo menos 6 λd_1 [$\exists Y$ [Y é um d_1+d_2 -membro do conjunto dos sapos que coaxam]]]

Em prosa (16c): o número de indivíduos do conjunto dos sapos que coaxam é pelo menos 6 a mais do que o número de indivíduos do conjunto das rãs que coaxam.

A regra do comparativo para este tipo de construção é apresentada em (17), onde ele se aplica a nomes plurais, tomando como argumentos um predicado verbal, e as variáveis de grau “d”, que também podem referir a quantidades:

$$(17) w \in \parallel \text{more/er(mais)} \parallel (d_1)(\text{Nome plural})(d_2)(VP) \text{ sse} \\ \exists X[w \in \text{Npl}(X, d_1 + d_2) \ \& \ w \in \text{VP}(X)]$$

De acordo com essa regra, [*mais sapos*] significa $\lambda VP [\exists X(X \text{ é um } d_1 + d_2\text{-membro do conjunto dos sapos que } VP)]$, em outros termos, o número de sapos que coaxam é um tanto a mais do que um outro grau de quantidade. Ou seja, o operador comparativo relaciona quatro argumentos, um conjunto de indivíduos, um predicado, e dois graus, posicionando-os em relação a uma escala determinada, no caso, a escala de indivíduos que coaxam. Essa definição pouco difere da regra estipulada para as estruturas com adjetivos, onde o operador comparativo tem como argumentos, um indivíduo, um predicado adjetival e dois graus. Até este ponto sem problemas, já que adjetivos também são considerados como predicados de indivíduos, assim como os verbos (classicamente).

Neste caso, a pergunta seria: os verbos também possuem variável de grau e/ou de quantidade (que poderia ser dada pela variável de evento) que precisa ser saturada? Stechow não se coloca essa questão, mas essa parece ser uma possibilidade do seu modelo, já que para ele adjetivos vêm do léxico com uma variável de grau e os nomes com uma variável de quantidade.

Em termos sintáticos, um adjetivo gradual toma como argumentos um grau e um indivíduo. Para Kennedy (2004) a variável de grau pode ser saturada contextualmente. Se acreditamos numa isomorfia entre os dois tipos de comparação, os verbos teriam não apenas uma variável de evento que, como um nominal comporta uma variável de quantidade a ser saturada também, mas com uma variável de grau (!) para indicar a intensidade com que o evento é realizado. Significa afirmar que uma sentença como *João viaja* carrega uma variável que indica o grau de intensidade da viagem, assim como uma variável de evento que, por sua vez, carrega uma variável de quantidade; uma solução que nos parece bastante esdrúxula. Já que quando se fala em “predicados graduais” não fica claro que esse termo refira especificamente a adjetivos (como em Klein, 1991), ou também a verbos (Kennedy, 2004).

Vejamos como Stechow analisaria algumas das nossas sentenças em (3), repetidas aqui por conveniência (18) e parafraseadas em (19).

(18) a. O João mais viaja do que leciona.

- b. João trabalhou mais este ano do que seu irmão a vida toda.
- (19) a. o grau máximo d , João leciona d , é tal que o grau que João viaja é maior do que d .
- b. o grau máximo d , o irmão de João trabalhou d em t , é tal que o grau que João trabalhou é mais do que d em t' .

Se as interpretações de (19a) e (19b) se referirem a quantidade de eventos, a solução é a mesma daquela oferecida para a sentença do sapo (16a), com o adendo de que deve haver, na valência dos verbos, um argumento para evento que é, então, um nominal e , nesta teoria, comporta uma variável de quantidade. Nesse sentido, a interpretação de vezes que o evento ocorre pode ser representada por (20a) e (20b), respectivamente:

- (20) a. o n máximo x , João leciona x -vezes, é tal que João viaja x -vezes mais do que x .
- b. o n máximo x , o irmão de João trabalhou x -vezes em t , é tal que João trabalhou x -vezes mais do que x em t' .

Há, ainda, a leitura de intensidade para (20a) e (20b). Como dar conta dessa interpretação? Lembrando a interpretação que Stechow dá para as sentenças contrafactuais, (21a) tem a interpretação (21b), que apresentam verbos nas sentenças que estão sendo analisadas, vemos que ele insere um “advérbio” na forma lógica, para indicar a intensidade do fumar. Nesta direção, a interpretação adequada para (20a) e (20b) seria (22a) e (22b) respectivamente:

- (21) a. Se Ede fumasse menos do que ele fuma, ele seria mais saudável do que ele é.
- b. o grau máximo d [Ede fuma d_1 -muito] & o grau máximo d ele é d'_1 -saudável] & [Ede fumou $d_1 + d_2$ -pouco → ele é $d_1 + d'_2$ -saudável]]
- (22) a. o grau máximo d , João leciona d -muito,
é tal que João viaja d -muito mais do que d .
- b. o grau máximo d , o irmão de João trabalhou d -muito em t ,
é tal que João trabalhou d -muito mais do que d em t' .

Isto quer dizer que temos que inserir um elemento ‘muito’ que não está presente na forma superficial da sentença, e que nos fornece a possibilidade de comparar graus numa escala de intensidade. Stechow não diz nada sobre esse item, de onde ele vem, por exemplo, mas podemos supor, em paralelo com o nome, que ele é dado na entrada lexical do verbo.

Em síntese, Stechow pode nos trazer os resultados desejáveis, se complicarmos muito a Forma Lógica. Uma sentença simples como:

(23) João corre mais que Paulo.

Deve ser parafraseada por:

(24) Há um número de corridas que João fez; há um número de eventos de corrida; há um grau de intensidade de corrida; há um tempo de corrida (duração do evento).

tanto para a leitura de vezes como para a leitura de intensidade. Entretanto, ele precisa estipular que os nomes vêm com uma valência para quantidade e os verbos viriam com um argumento de evento, que, como nome comportaria uma valência para quantidade, e seriam graduais, no sentido de que eles comportariam uma variável para intensidade de performance do evento. Esta talvez seja uma explicação para o aparecimento do ‘muito’ na forma lógica em (21). É claro que essa solução precisaria ter apoio de evidência empírica.

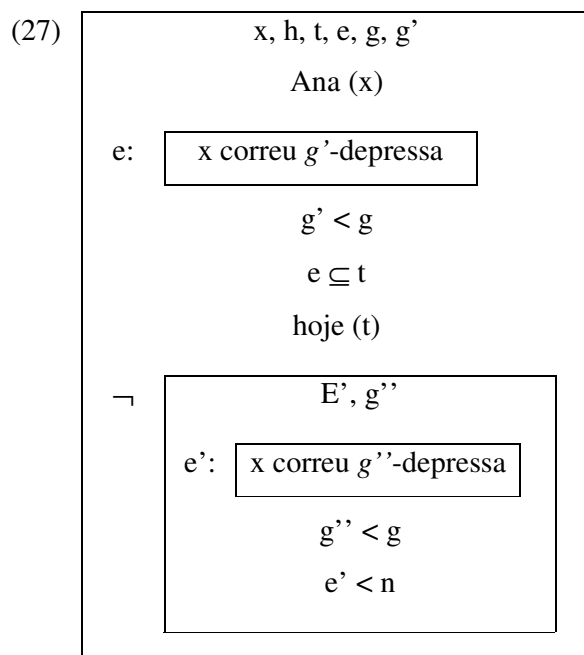
A abordagem de Marques (2003) é na mesma linha de descrição definida de Stechow. A diferença particular é que enquanto naquela o constituinte *do que* identificava “o grau máximo”, aqui ele identifica “o grau mínimo que não é ultrapassado”. Assim temos uma negação e a duplicação da ordenação de graus, além disso, diferentemente de Stechow, Marques adota o tratamento do complemento sentencial comparativo e dos quantificadores presentes neste sintagma *in situ*. Para ele a referência a graus, mesmo em adjetivos, não é introduzida pelo item lexical, mas na sintaxe por um sintagma de grau, cujo núcleo é o operador comparativo.

Vejamos quais poderiam ser suas leituras de (3a) e (3b) na abordagem de Marques:

- (25) a. João viaja mais do que o grau d tal que ele não leciona mais do que d .
 b. João trabalhou mais do que o grau d (este ano), tal que seu irmão não trabalhou mais do que d (a vida toda).

Assim como na abordagem de Stechow, com a de Marques precisamos assumir que há algum tipo de elemento sobre o qual a variável de grau incida. Se levarmos em consideração a análise que o autor faz da sentença em (26), apresentada em (27), podemos pensar que a estrutura de (25b) é algo como: João trabalhou mais arduamente em um ano do que seu irmão trabalhou arduamente em toda a vida. Este tipo de tratamento é claramente atestado pelo tipo de representação que o autor assume para (26), a DRS (Discourse Representation Structure) (27) (Marques, 2003: 200):

- (26) Ana correu mais depressa do que nunca.



Em prosa, (27) pode ser parafraseada como: a Ana correu menos do que um grau g e que não há um evento anterior em que tenha corrido menos do que esse grau. Claramente, temos comparação entre eventos de correr depressa. Essa abordagem pode talvez captar a nossa leitura de intensidade, em que a sentença *João correu mais que Pedro* é interpretada como João correu mais rápido do que Pedro correu. Fica, no

entanto, faltando a interpretação em que se comparam quantidades de eventos; em que se comparam percursos de corrida; em que se comparam tempos de corrida; em que se comparam eventos de corrida. O mesmo se pode dizer das sentenças em (25), como dar conta das interpretações em (28)?

- (28) a. João viaja *x-vezes* mais do que o número x' tal que ele não leciona mais do que *x-vezes*.
b. João trabalhou *x-vezes* mais do que o x' (este ano), tal que seu irmão não trabalhou mais do que *x-vezes* (a vida toda).

Não há, em Marques, uma solução. A proposta dele pode resolver a leitura de intensidade nas comparativas verbais porque ele supõe que haja um adjetivo encoberto na comparativa verbal. Mas até mesmo essa assunção é complicada, porque não há como decidir qual adjetivo está sendo retomado. No caso de *correr*, parece claro que o adjetivo é *rápido*, mas o que dizer de *estudar*? Além disso, sua proposta, ao menos numa primeira aproximação, não consegue captar as interpretações de quantidade de eventos e quantidade de objetos.

4. ALGUMAS DIFERENÇAS

Como a direção do trabalho busca mostrar que as comparativas que envolvem adjetivos possuem propriedades semânticas distintas das comparativas com predicados verbais, trataremos de buscar algumas evidências para esta hipótese, lembrando a afirmação de Marques (2003: 159): “não é dado por adquirido que estas construções [de quantificação nominal] sejam passíveis da mesma análise que construções comparativas no âmbito da quantificação escalar”, apesar de ele propor uma análise unificadora. Alguns autores (Heim, 1985, 2000; Smessaert, 1996) defendem que o operador comparativo é um quantificador generalizado do mesmo tipo lógico que os determinantes; Marques revisa estas abordagens, mostrando que essa hipótese não se confirma para as comparativas adjetivais, mesmo estando de acordo para outras estruturas comparativas; evidências menores seriam a não polaridade dos verbos e a

possibilidade de o operador comparativo exercer funções sintáticas distintas nas duas estruturas.

4.1 COMPORTAMENTO EM RELAÇÃO À MONOTONICIDADE

Procuraremos analisar o comportamento das sentenças comparativas no que tange ao seu comportamento de legitimar inferências no sintagma comparativo; trata-se do fenômeno conhecido como “monotonicidade”. Esse tema vem à baila quando da discussão sobre a legitimação de NPIs, porque eles só podem ocorrer em contextos de monotonicidade para baixo, ou a defesa de que esta ou aquela abordagem cria um tal contexto. O objetivo aqui será outro: mostrar que comparativas adjetivais e verbais apresentam comportamento diferenciado em relação à monotonicidade, como evidência de que tais sentenças comparativas não possuem a mesma estrutura semântica. A exposição e exemplos seguem os usados em Marques (2003), Smessaert (1996) e Hendriks (1995).

Hendriks apresenta a seguinte definição de monotonicidade:

- a) Uma função monotônica crescente permite inferências de conjuntos para superconjuntos, mas não o contrário;
- b) Funções monotônicas decrescentes somente permitem inferências de conjuntos para subconjuntos;
- c) Funções não-monotônicas não permitem inferências em qualquer direção.

Vejamos como isso pode ser ilustrado:

- (29) a. Todos os estudantes cantaram uma balada. →
b. Todos os estudantes cantaram.
- (30) a. Todos os estudantes cantaram. -/->
b. Todos os estudantes cantaram uma balada.
- (31) a. Nenhum estudante cantou uma balada. -/->
b. Nenhum estudante cantou.
- (32) a. Nenhum estudante cantou. →
b. Nenhum estudante cantou uma balada.
- (33) a. Exatamente metade dos estudantes cantaram uma balada. -/->
b. Exatamente metade dos estudantes cantaram.
- (34) a. Exatamente metade dos estudantes cantaram. -/->

b. Exatamente metade dos estudantes cantaram uma balada.

Dado que *cantar uma balada* é um subconjunto de *cantar*, a inferência (29) é, portanto, de um subconjunto para um superconjunto, se todos cantaram uma balada é intuitivamente válido que todos cantaram. É, portanto, monotônico crescente. Em (30) a inferência do conjunto dos cantores para o subconjunto dos cantores de balada não ocorre. Portanto somos levados a concluir que o sintagma *todos*, quanto ao seu argumento da esquerda, só permite inferências de conjuntos para superconjuntos, não subconjuntos. De acordo com a definição apresentada *todos* é uma função monótona crescente à esquerda. Com *nenhum* acontece o oposto. Não podemos fazer inferências de conjuntos para superconjuntos, se nenhum estudante cantou uma balada for verdade não se segue que nenhum estudante cantou, porque pode ser o caso que alguém tenha cantado um bolero, mantendo a veracidade de que ninguém cantou uma balada, mas alguém cantou. Já a inferência (32) é válida. Se for verdade a negação de que alguém tenha cantado, disso segue-se a verdade que é falso que alguém tenha cantado uma balada, ou qualquer outra coisa. Assim, *nenhum* permite inferências somente de conjuntos para subconjuntos, ou seja, é uma função monótona decrescente. *Exatamente metade* não apresenta quaisquer propriedades de legitimar inferências tanto para cima quanto para baixo, o que é atestado pelo fato de que as inferências em (33) e (34) não ocorrem, porque da verdade das sentenças em (a) não decorre a verdade das sentenças em (b). Hendriks, então, aplica esse raciocínio em sentenças comparativas.

(35) a. Menos estudantes dançaram do que professores cantaram uma balada.

→ Menos estudantes dançaram do que professores cantaram.

b. Menos estudantes dançaram do que professores cantaram. -/->

Menos estudantes dançaram do que professores cantaram uma balada.

De início precisamos ter em mente que *cantar uma balada* implica *cantar*, mas não o contrário. Portanto, o operador comparativo de inferioridade em relação ao sintagma comparativo *menos* nos leva de um conjunto *cantar uma balada* para um superconjunto *cantar*, logo é monótono crescente. Como explicar que a oração comparativa é monótona crescente? Em abordagens como a de Stechow (1984), Hoeksema (1983) e Cresswell (1976), por conta dos operadores assumidos, a oração comparativa é sempre contexto decrescente. A resposta que Hendriks defende é a

ocorrência do operador comparativo *menos*. Ou seja, as propriedades do operador comparativo interferem na legitimação de inferências na oração comparativa.

Quando temos um operador de superioridade, as implicaturas são reversas, ou seja, descendentes.

(36) a. Mais estudantes dançaram do que professores cantaram uma balada.

-/-> Mais estudantes dançaram do que professores cantaram.

b. Mais estudantes dançaram do que professores cantaram. →

Mais estudantes dançaram do que professores cantaram uma balada.

Tendo em mente ainda as relações conjuntísticas vistas acima, podemos desenhar um cenário para nos ajudar a compreender a validade do raciocínio. Suponha que há quatro alunos que dançaram. E é verdade que pelo menos três professores cantaram uma balada. Logo, mais estudantes dançaram do que professores cantaram uma balada. Mas, o acarretamento em (36a) não é válido porque pode haver vinte professores cantando, destes apenas três cantam uma balada. Neste caso não é verdade que mais estudantes dançaram do que professores cantaram. Pelo menos um professor cantando a mais do que alunos dançando já torna falsa a validade da inferência. Por outro lado em (36b), a situação é diversa. Na primeira sentença, afirma-se que há mais estudantes que dançaram do que professores que cantaram (em geral), logo há mais alunos dançantes do que professores cantores de balada (ou de qualquer subtipo de cantar).

As sentenças vistas em (36) são estruturas de comparação oracional, possuem uma oração como complemento de *do que*. O mesmo comportamento ocorre com as comparativas sintagmáticas, que possuem um sintagma de qualquer natureza como complemento de *do que*? Os dados apontam para uma resposta afirmativa.

(37) a. Mais estudantes dançaram um tango do que professores. →

Mais estudantes dançaram um tango do que professores aloprados.

b. Menos estudantes dançaram um tango do que professores aloprados.

→ Menos estudantes dançaram um tango do que professores.

Novamente ocorrem as inferências esperadas. *Mais* nos leva de um conjunto para um subconjunto. *Menos* autoriza a inferência de um subconjunto para um superconjunto.

Marques apresenta dados que demonstram que o adjetivo (usado adverbialmente) também interfere nas inferências. Vejamos os seus exemplos:

- (38) a. A essa latitude, é mais difícil nevar do que chover copiosamente. →
A essa latitude, é mais difícil nevar do que chover.
b. A essa latitude, é mais fácil nevar do que chover. →
A essa latitude, é mais fácil nevar do que chover copiosamente.
- (39) a. É menos provável que haja um golpe de estado do que haja eleições antecipadas. →
É menos provável que haja um golpe de estado do que haja eleições.
b. É menos improvável que haja um golpe de estado do que haja eleições.
→ É menos improvável que haja um golpe de estado do que haja eleições antecipadas.

Esses dados vão contra ao que afirmou Hendriks. Em (38a) e (39a) temos monotonicidade crescente tanto para o operador de superioridade *mais* quanto para o operador de inferioridade *menos*. Nos dois casos vamos de um conjunto para um superconjunto. *É mais difícil nevar do que chover copiosamente* implica na verdade de *é mais difícil nevar do que chover*. Do mesmo modo, se é verdade que *é menos provável que haja um golpe de estado do que eleições antecipadas* decorre a verdade que *é menos provável que haja um golpe de estado do que eleições*. Por sua vez, as inferências (32b) e (33b) evidenciam o contrário! Também são válidas inferências decrescentes. Vamos de um conjunto para subconjuntos. Se for *mais fácil nevar do que chover*, *é mais fácil nevar do que chover copiosamente*. Da verdade de *é menos improvável que haja um golpe de estado do que eleições*, segue a verdade de *é menos improvável que haja um golpe de estado do que eleições antecipadas*. Por que isso ocorre? Primeiro, temos agora adjetivos polares *fácil/difícil* e *provável/improvável* que carregam monotonicidade que, por sua vez, interage com a monotonicidade do operador comparativo. A resposta oferecida por Marques é que tais leituras são devidas

à combinação entre esses adjetivos e o operador comparativo. O que em certo sentido não invalida a conclusão de Hendriks.

Quando temos a junção de um operador comparativo monótono decrescente *mais* com um adjetivo também decrescente *difícil*, temos um contexto de monotonicidade crescente (38a). Se *mais* se combina com um adjetivo de monotonicidade inversa, como *fácil*, prevalece a monotonicidade decrescente (38b). Ao passo que, um operador de monotonicidade crescente combinado com um adjetivo de mesma monotonicidade *provável* cria-se um contexto de monotonicidade crescente (39a), enquanto quando *menos* combinado com um adjetivo de monotonicidade inversa *improvável* a monotonicidade se inverte (39b), vira decrescente.

Tendo em conta os dados relevantes, comparativas de superioridade que envolvem sintagmas verbais, percebemos que há uniformidade quanto à monotonicidade, porque elas são monotônicas decrescentes:

- (40) a. João leu mais tempo do que Pedro estudou lógica. -/->
João leu mais tempo do que Pedro estudou.
- b. O sol se levanta mais freqüentemente do que João come pão. →
O sol se levanta mais freqüentemente do que João come pão
amanhecido.

Se for este o caso, há uma diferença com relação aos adjetivos que não têm um comportamento uniforme, como mostrado acima.

Smessaert (1996) também analisa as propriedades de monotonicidade de sentenças comparativas. Para exemplificar a sua terminologia, considere que a sentença *algumas mulheres estão caminhando* possui a estrutura *algumas (mulheres, caminhando)*, sendo formalizado como $D(A, B)$. Temos então A como o argumento da esquerda e B como o argumento da direita. Como estamos verificando as propriedades de monotonicidade que ocorrem na oração comparativa, veremos apenas o que Smessaert tem a dizer sobre isso, ou seja, apenas o argumento B, à direita da relação D. Veja-se a definição formalizada:

- (41) a. D é monótono à direita crescente ($\text{mon } \uparrow$) \equiv
 $[D(A,B) \ \& \ B \subseteq B'] \rightarrow D(A,B')$

$$\text{b. } D \text{ é monótono à direita decrescente (mon } \downarrow) \equiv \\ [D(A,B) \ \& \ B' \subseteq B] \rightarrow D(A,B')$$

A partir disso como dar conta do comportamento de determinantes comparativos como *mais*? Como vimos acima *algum* relaciona dois conjuntos A e B. O operador comparativo pode relacionar quatro.

(42) Há mais mulheres caminhando do que homens correndo.

Temos dois sintagmas nominais *mulheres* e *homens* e dois VPs *caminhando* e *correndo*. O que poderia ser representado como em (43). [mulheres, caminhando] será chamado de argumento da esquerda ARG_L e [homens, correndo] o argumento da direita ARG_R. Dentro do ARG_L temos o domínio da esquerda D_L e o predicado da esquerda P_L, do mesmo modo, no ARG_R há o D_R e o P_R. Melhor visualizado em (44).

(43) mais ([mulheres, caminhando], [homens, correndo])

(44) mais ([ARG_L], [ARG_R]) = mais ([D_L, P_L], [D_R, P_R])

Vejamos os exemplos:

(45) Há mais mulheres caminhando do que homens correndo.

a. → Há mais mulheres caminhando do que *homens velhos* correndo.

b. → Há mais mulheres caminhando do que homens *correndo devagar*.

Isso demonstra que em relação ao ARG_R o operador comparativo é monótono decrescente tanto para D_R quanto para P_R. De onde podem ser retiradas as condições de verdade expressas em (46), que o autor assume:

(46) mais ([D_L, P_L], [D_R, P_R]) ≡ |D_L ∩ P_L| > |D_R ∩ P_R|

Aplicando ao exemplo em discussão temos as condições de verdade que possibilitam descrever o comportamento inferencial deste tipo de sentença:

(47) mais ([mulheres, caminhando], [homens, correndo]) ≡

mais |mulheres ∩ caminhando| > |homens ∩ correndo|

Em prosa, (47) especifica o resultado da intersecção entre o conjunto das mulheres com o conjunto das pessoas que estão caminhando é maior do que a intersecção entre o conjunto dos homens e das pessoas que estão correndo.

Concluindo, os dados apresentados aqui mostram que comparativas com adjetivos e com sintagmas verbais possuem um comportamento bastante distinto quando da consideração de suas propriedades de monotonicidade. Longe de uma unanimidade, o assunto merece ainda uma investigação mais cuidadosa desse tipo de fenômeno. Por outro lado, as comparativas com sintagma verbal possuem comportamento mais uniforme, variando apenas em razão do operador comparativo, como os exemplos de Hendriks atestam, corroborado pela nossa discussão. A descrição de Smessaert possibilitou um olhar mais criterioso sobre o fenômeno possibilitando perceber que é de fato o operador comparativo que interfere na monotonicidade da oração comparativa, e nesse aspecto o operador comparativo de superioridade é sempre monótono decrescente em construções com predicados verbais.

A análise de Smessaert (1996), esboçada nesta seção, possui uma característica particular. Considera o operador comparativo como um determinante quantificacional. A próxima seção mostra como esse tipo de assunção não permite um tratamento uniforme dos subtipos de construção comparativa.

4.2 O OPERADOR COMPARATIVO COMO QUANTIFICADOR GENERALIZADO

Vimos na seção anterior algumas descrições do comportamento das sentenças comparativas em relação à monotonicidade e vimos o operador comparativo como um quantificador generalizado. Larson (1988), Hendriks (1995), Smessaert (1996) e Heim (2000) defendem que o operador comparativo é um quantificador generalizado sobre graus. O que permite uma descrição mais simples não apenas das propriedades de monotonicidade como da semântica de tais construções. Marques mostra que tal visão é inadequada, já que há uma diferença de comportamento saliente entre as comparativas adjetivais e comparativas de quantificação nominal. Naquelas o operador comparativo não é conservativo, nestas sim. Defenderemos então este fato como outra evidência importante para mostrar que estes dois subtipos de construção possuem estruturas semânticas distintas.

Nestas abordagens a forma lógica de uma sentença comparativa corresponde à descrição em (48):

$$(48) \quad \parallel \text{MAIS (oração comparativa)} \parallel = 1 \text{ sse} \\ \parallel \text{oração comp.} \parallel \subset \parallel \text{oração matriz} \parallel$$

Isto implica que o operador comparativo estabelece uma relação de inclusão entre dois conjuntos de graus, o conjunto dos graus da oração comparativa está incluído no conjunto dos graus da oração matriz. (49b) é uma análise simples de (49a):

- (49) a. O Paulo é mais alto do que a Ana.
 b. MAIS (g-alto (a, g)) (g-alto (p, g))

As condições de verdade de (49b) especificam então que a sentença será verdadeira se e somente se o conjunto dos graus que satisfazem a proposição a Ana é g-alta estiver incluído no conjunto dos graus que tornam verdadeira a proposição Paulo é g-alto.

O problema é que não há isomorfia quando da presença de adjetivos negativos. (50a) é analisada como (50b). Como a regra especifica que o conjunto dos graus da comparativa é um subconjunto dos graus da oração matriz, é necessário que não exista um grau que a Ana tenha e que Paulo não tenha para que a sentença seja verdadeira. Atingiríamos as condições de verdade se fosse invertida a restrição do quantificador (50c):

- (50) a. A Ana é mais baixa do que Paulo.
 b. MAIS (g-baixo (p, g)) (g-baixo (a, g))
 c. MAIS (g-baixo (a, g)) (g-baixo (p, g))

Entretanto, (50c) não é isomórfico com a regra em (48) e se invertermos a relação de inclusão não captamos as condições de verdade de (49a). Uma solução possível seria levar em conta que a escala se inverte por conta do adjetivo. Ou seja, os adjetivos positivos projetam os indivíduos em intervalos positivos na escala (\uparrow), enquanto os adjetivos negativos projetam os indivíduos em intervalos negativos na escala (\downarrow), neste caso a escala de altura.

A proposta de Smessaert (1996) leva em conta apenas construções de quantificação nominal como (51):

- (51) a. O Paulo comprou mais livros do que a Maria.
 b. Moram naquela casa mais rapazes do que garotas.

Como vimos na seção precedente o significado deste tipo de construção é facilmente decomponível. Com (52) para (51a):

$$(52) \text{ MAIS } ([(\text{livros, comprou})(\text{Paulo})] , [(\text{livros, comprou})(\text{Maria})]) \equiv \\ \text{MAIS } \| \text{livros} \cap \text{comprou} \|^{Paulo} > \| \text{livros} \cap \text{comprou} \|^{Maria}$$

O problema que Kennedy aponta (1997 *apud*: Marques, 2003) é a falta de conservatividade no comportamento dos quantificadores comparativos. Se de fato o operador comparativo é um quantificador do mesmo tipo lógico que os determinantes ele deve passar pelo teste da conservatividade.

Vejamos a definição de conservatividade encontrada em Chierchia & McConnell-Ginnet (1990):

- (53) Um determinante é conservativo sse para todo X e todo Y tal que
 $X \in D(Y)$ sse $X \cap Y \in D(Y)$, e a seguinte proposição é verdadeira:
 $\delta(\alpha) (\beta) \leftrightarrow \delta(\alpha) (\alpha \& \beta)$

O exemplo clássico é o do determinante *todo* que passa no teste da conservatividade (54). Veja que claramente (54b) está de acordo com a regra especificada em (53):

- (54) a. Todo homem fuma sse todo homem é um homem que fuma.
 b. Todo (homem)(fumantes) \leftrightarrow todo (homem) (homem & fumantes)

Vejamos um exemplo que Chierchia & McConnell-Ginnet (1990) nos oferecem com presença de operadores comparativos, que também passam no teste da conservatividade:

- (55) a. Menos do que cinco e mais do que dois homens fumam.
 b. Menos do que cinco e mais do que dois homens fumam sse menos do que cinco e mais do que dois homens são homens que fumam.

Aplicando a um dos nossos exemplos temos que a equivalência permanece:

- (56) a. Jovens mais estudam do que trabalham.
 b. Mais (estuda)(trabalha) \leftrightarrow Mais (estuda) (estuda & trabalha)
 c. jovens mais estudam do que trabalham sse jovens mais estudam do que jovens são jovens que estudam e trabalham.
- (57) a. Homens são mais canalhas do que mulheres (são canalhas)
 b. mais (homens, canalhas) (mulheres, canalhas) \leftrightarrow mais (homens, canalhas) (homens canalhas & mulheres canalhas).
 c. Homens são mais canalhas do que mulheres sse homens são mais canalhas do que homens e mulheres que são canalhas.
- (58) a. Homens são mais espertos do que inteligentes.
 b. Mais (homens, espertos) (homens, inteligentes) \leftrightarrow mais (homens espertos) (espertos & inteligentes)
 c. Homens são mais espertos do que inteligentes sse homens são mais espertos do que homens são homens espertos e inteligentes.

Note que as equivalências em (56-58) são facilmente visíveis. (56), por exemplo, é conservativa se e somente se o conjunto dos jovens que trabalham for um subconjunto dos jovens que estudam, e o conjunto dos jovens que estudam pertencer ao resultado da intersecção entre o conjunto dos jovens que trabalham com o conjunto dos jovens que estudam. A generalização da regra, portanto, fica clara para o operador comparativo: se a oração comparativa for o restritor do quantificador e a oração matriz o escopo (cf. 48), temos que o determinante comparativo é conservativo sse o conjunto dos graus da oração comparativa for um subconjunto da oração matriz e o conjunto dos graus da oração comparativa pertencer à intersecção entre o conjunto dos graus da oração comparativa e o conjunto dos graus da oração matriz (conforme a definição: $\delta [\alpha \supset \beta] \leftrightarrow \delta [\alpha \supset \alpha \cap \beta]$).

O problema deste tipo de análise para os adjetivos é a falta de conservatividade para construções com o operador comparativo de inferioridade *menos*. Vejamos o exemplo de Kennedy (1997 *apud*: Marques, 2003: 138):

(59) A atmosfera de Titan é menos fina do que a atmosfera de Júpiter sse a atmosfera de Júpiter é mais fina do que a atmosfera de Titan.

Isso indica que de fato é inversa a relação: agora o restritor é a oração matriz e o escopo a oração comparativa. Para a sentença ser verdadeira o conjunto dos graus que tornam verdadeira a proposição *a atmosfera de Titan é d-fino* verdadeira precisa ser um subconjunto do conjunto dos graus que tornam verdadeira a proposição *a atmosfera de Júpiter é d-fina*. Como consequência, não temos um operador comparativo constante. Veja que em (50) o problema era o adjetivo negativo. O que não representa problema, dadas às funções assumidas de mapeamento de indivíduos em escalas de medida. O problema reside agora no operador comparativo. Acreditamos que o mesmo raciocínio é válido para o operador de inferioridade em construções verbais e a chamada quantificação nominal, ao contrário do que afirma Marques. Vejamos os exemplos (60) de quantificação nominal e (61) de comparativa verbal:

(60) Há menos estudantes do que professores dançando sse há mais professores do que estudantes dançando.

(61) Jovens menos trabalham do que estudam sse jovens mais estudam do que trabalham.

Se não há conservatividade para as construções com adjetivos também não há para construções em (60) e (61). (60) para ser verdadeira é necessário que o conjunto de estudantes seja um subconjunto do conjunto dos professores. Deste modo, a correta análise do operador comparativo de inferioridade é: MENOS [oração matriz \supset oração comparativa]. O oposto da comparativa de superioridade. Pensando numa isomorfia estrita em que graus e quantidades tenham a mesma correspondência na escala. Se adjetivos projetam indivíduos em escalas de medida, sintagmas quantificados projetam indivíduos em valores de quantidade numa escala que mede quantidade de indivíduos.

Finalizando a sessão, percebemos que o tratamento do operador comparativo como determinante, um quantificador generalizado sobre graus, traz resultados mais

intuitivos e econômicos. Apesar disso, temos problemas quando da consideração do operador de inferioridade, que possui propriedades diversas em relação à conservatividade. O operador de superioridade possui como restritor a oração comparativa e como escopo a oração matriz, enquanto com o operador de inferioridade temos o inverso. O que vale tanto para as comparativas adjetivais quanto para as verbais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos restringindo, dentro do universo das sentenças comparativas, aquelas que estaríamos investigando neste artigo. Apresentamos o que acreditamos serem as paráfrases desejáveis para aquele conjunto de sentenças. Por outro lado, não consideramos se os problemas que se colocam para as comparativas adjetivais, também se colocam para as comparativas verbais. É pressuposto que sim, dado que a literatura não faz uma divisão neste sentido para tratar dos problemas listados por Stechow (1984). Ainda, fenômenos como a legitimação de itens de polaridade negativa não são ainda bem compreendidos. Por exemplo uma sentença como *Maria correu mais do nunca* a legitimação de *nunca* é bastante natural, enquanto em uma sentença como *Maria correu mais do que Carla nunca* a aceitabilidade já não é tão garantida. O objetivo de examinar mais detidamente sentenças comparativas era verificar até onde as propostas da literatura conseguiam captar a indeterminação que algumas sentenças simples apresentam.

A nossa discussão da comparação mostrou que mesmo não assumindo explicitamente, abordagens como a de Stechow e Marques mostram-se ao menos parcialmente capazes de representar a semântica de construções comparativas verbais, nos moldes das propostas que desenvolvem para a comparação adjetival. Como o objetivo principal do trabalho é examinar mais especificamente aquelas, buscamos propostas que nos dessem um olhar tanto para um tipo quanto para outro. A discussão mostrou que o debate geral da comparação centra-se nas comparativas adjetivais, sendo Marques o único autor preocupado em fazer uma divisão explícita dos subtipos. Apesar de conseguirem dar conta de um dado conjunto de sentenças e problemas que tais sentenças colocam, há problemas teóricos nas abordagens de Stechow e Marques que

não podem ser negligenciados, como o alçamento da oração comparativa para aquele, e a duplicação da ordenação de graus, para este.

Olhando especificamente para construções com verbos, percebemos que há uma potencial indeterminação não considerada por nenhuma abordagem, que por focar em casos mais complexos, acaba deixando de lado as sentenças simples com verbos. De notar que essa indeterminação não se confunde com a vagueza dos adjetivos, que são determinados contextualmente.⁵

A discussão das diferenças em relação à monotonicidade mostrou que há uma diferença importante de comportamento. Enquanto a semântica do operador comparativo é constante, o de superioridade é sempre monótono decrescente e o de inferioridade é sempre monótono crescente, a sua interação com adjetivos e com os argumentos da comparação, na oração matriz, e na oração comparativa, evidenciam que a descrição deste tipo de fenômeno ainda não é consensual. Mas atestando pelos exemplos, que há uma nítida diferença entre comparativas verbais e adjetivais neste aspecto. Quando considerado o operador comparativo como um quantificador generalizado, ele apresentou-se conservativo, no caso do operador de superioridade, tanto para a comparação adjetival, como para a verbal e nominal. Contrariamente à literatura verificou-se que o comparativo de inferioridade não é conservativo também em estruturas verbais e não apenas na comparação adjetival, como é assumido. Não verificando-se então uma diferença específica entre os dois tipos de comparação, mas entre os operadores comparativos.

Além disso, pelo que constatamos, a comparação se revela como um campo vasto de estudo, porque interage com fenômenos diferentes, mas ao mesmo tempo imbricados, quando do estudo da comparação, seja no domínio adjetival ou verbal. Particularmente, a problemática da legitimação de itens de polaridade negativa, fenômeno também ainda pouco explicado, e pouco estudado no Português do Brasil. Também o fenômeno da monotonicidade se revela vasto e interessante, já que parece que em contextos comparativos a descrição desse tipo de ocorrência ainda não é consensual. Em algumas abordagens, como Stechow, Hendriks ou Marques não é explícito em relação à qual argumento sentencial, a oração matriz ou a oração comparativa é um ambiente descendente, nem se a mudança de estrutura, comparativa de quantificação nominal, ou comparativa de quantificação adverbial (sobre verbos) possuem o mesmo tipo de comportamento em relação à monotonicidade.

NOTAS

1. Veja, por exemplo, Kennedy (2004) para uma breve apresentação e Marques (2003) para uma revisão crítica de tais propostas.
2. Stechow (1984) ao listar tal conjunto de dados apresenta-nos uma agenda de problemas que boas teorias semânticas precisariam dar conta (para os quais as teorias deveriam ser capazes de oferecer uma resposta satisfatória).
3. Estamos assumindo que verbos comportam uma variável de evento, na esteira dos trabalhos de Davidson (1980) e Parsons (1985), sem atentar para a distinção entre tipos de eventualidade. Saliente-se, ainda, que Davidson atribuía a variável de evento apenas para verbos “dinâmicos”, os estativos não tinham tal variável; já Parsons assume que há também uma variável de estado e fala em eventualidades.
4. A propriedade de conservatividade dos determinantes nas línguas naturais vem de Barwise & Cooper (1981).
5. Pires de Oliveira, Basso & Mendes de Souza (inédito) discutem a partir da sentença *João fuma mais do que Pedro* as noções semânticas de ambigüidade, vagueza e indeterminação, argumentando que comparativas deste tipo são indeterminadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARWISE, Jon & COOPER, Robin. Generalized Quantifiers and Natural Language. *Linguistics and Philosophy*. n. 4, 1981. p. 159-219.
2. CHIERCHIA, Gennaro; McCONNELL-GINET, Sally. *Meaning and Grammar: an introduction to semantics*. Cambridge: MIT Press, 1990.
3. CRESSWELL, Max. The Semantics of Degree. In: PARTEE, Barbara (org.). *Montague Grammar*. Nova Iorque: Academic Press, 1976. p. 261-292.
4. DAVIDSON, Donald. *Essays on Actions and Events*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1980.
5. HEIM, Irene. *Degree Operators and Scope*. ms. 2000.
6. HENDRIKS, Petra. *Comparatives and Categorical Grammar*. Tese de Doutorado, Universidade de Groningen, 1995.
7. HOEKSEMA, Jack. Negative Polarity and the Comparative. *Natural Language and Linguistic Theory*. n. 1, 1983. p. 403-434.
8. KENNEDY, Christopher. *Projecting the Adjective: The Syntax and Semantics of Gradability and Comparison*. Tese de Doutorado, Univ. Santa Cruz, 1997.
9. _____. Comparatives. In: ALLEN, Keith (org.) *Encyclopedia of Language and Linguistics*. 2. ed. Elsevier: Oxford, 2004.

10. KLEIN, Evan. Comparatives. In: STECHOW, Armin von; WUNDERLICH, Dieter (eds.). *Semantik: Ein Internationales Handbuch der Zeitgenössischen Forschung*. Berlin: Walter de Gruyter, 1991. p. 673-691.
11. LARSON, Richard. Scope and Comparatives. *Linguistics and Philosophy*. vol. 11, n. 1, 1988. p. 1-26.
12. MARQUES, Rui. *Para uma semântica das sentenças comparativas do Português*. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa, 2003.
13. PARSONS, Terence. *Events in the Semantics of English: a study in subatomic semantics*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.
14. PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato Miguel & MENDES DE SOUZA, Luisandro. *Como “O João fuma mais do que o Pedro” ?! Um exercício de análise semântica*. (inédito).
16. SMESSAERT, Hans. Monotonicity Properties of Comparative Determiners. *Linguistics and Philosophy*. N. 19, vol. 3, 1996. p. 295-336.
17. STECHOW, Armin von. Comparing semantic theories of comparison. *Journal of Semantics*. n. 3, 1984. p. 1-77.

RESUMO: Neste artigo, revisamos as principais teorias contemporâneas sobre a comparação. Em particular, alguns problemas encontrados para dar conta da semântica das sentenças comparativas em Português Brasileiro. Restringimos o escopo do trabalho, mostrando que certas estruturas com a presença de predicados verbais são indeterminadas quanto ao seu significado. Além disso, tentamos apresentar algumas diferenças entre as comparativas com predicados verbais e com predicados adjetivais. Particularmente, olhamos para a monotonicidade e a conservatividade do operador comparativo, visto como um quantificador generalizado. A distinção mostra-se obscura, e a principal diferença levantada entre os dois tipos de comparação é a indeterminação, que não pode ser acomodada sem custo dentro das abordagens criadas para tratar as comparativas canônicas.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica da comparação; Indeterminação; Monotonicidade; Conservatividade.

ABSTRACT: In this paper, we revise the main contemporary theories concerning comparison. In particular, some problems founded in account the semantics of comparative sentences in Brazilian Portuguese. We restrict our job scope, showing that certain structures with verbal predicates are indetermined regarding your meaning. Further, we try to present some differences between verbal comparatives and adjectival ones. Particularly, we investigate monotonicity and conservativity of comparative operator, seen as a generalized quantifier. The distinction is quiet obscure, and the main difference raised between these two kinds of comparison is the indetermination, which can not be accomodated without cost inside the accounts developed for threat canonical comparatives.

KEY-WORDS: Semantics of comparison; Indetermination; Monotonicity, Conservativity.

Recebido em 05 de dezembro de 2006.
Artigo aceito para publicação no dia 26 de fevereiro de 2007.